



20/06/2019

Número: **0105955-56.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDVALDO SEVERINO JUSTINIANO (AUTOR)		RAQUEL MARIA MANGABEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46174614	05/06/2019 08:43	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810331

Processo nº **0105955-56.2018.8.17.2001**

AUTOR: EDVALDO SEVERINO JUSTINIANO

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## SENTENÇA

Vistos etc.

1. **EDVALDO SEVERINO JUSTINIANO**, devidamente representado por procurador constituído nos autos, propôs **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT** em face da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, objetivando o pagamento do restante da indenização securitária que entende devida.

2. Alega o demandante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **21 de abril de 2016**, do qual teria resultado “**LESAO DE ORGAOS E ESTRUTURAS CRANIOFACIAIS**”, reportando-se a boletim de ocorrência e a atestado/laudo médico acostados aos autos, informando ainda que, em sede administrativa, recebeu a quantia de **R\$ 3.375,00**, mas que faria jus ao teto indenizatório de **R\$ 13.500,00**, requerendo, assim, a complementação no valor de **R\$ 10.125,00**.

3. A seguradora demandada, junto com a Seguradora Líder, apresentou contestação de ID nº 40172227, alegando, no mérito, em suma, que o autor não teria juntado laudo do IML que comprovasse o alegado, que, ao receber o valor na seara administrativa, o autor teria dado quitação, que deve ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez para o cálculo do valor devido.

4. A parte demandante foi submetida a exame médico que resultou no laudo de verificação e quantificação de lesão permanente de ID nº 42201349.

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Primeiramente, não se observa conseqüência lógica na impugnação à documentação apresentada pela autora, dado que lhe foi pago valores na seara administrativa, o que significa que, naquela ocasião, a documentação apresentada foi considerada adequada para fins de pagamento de indenização.

7. No mais, entendo que os elementos dos autos são suficientes para o deslinde da causa e julgamento antecipado da lide, porquanto a matéria nele ventilada é unicamente de direito, prescindindo de produção de outras provas para o seu deslinde e



livre convencimento judicial, estando devidamente instruído com a prova documental acostada, de modo que se mostra autorizado o julgamento no processo no estado em que se encontra.

8. Em relação ao seguro DPVAT, vale destacar que a Lei nº 6.194/74, dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

9. O seguro DPVAT é obrigatório independentemente de eventual apuração de culpa, imposto a todos os que possuem veículos automotores de vias terrestres.

10. Para a parte autora fazer jus à indenização, nos termos da Lei nº 6194/74, basta comprovar sua invalidez permanente.

11. Em sendo assim, compulsando os autos, vejo que o acidente automobilístico envolvendo a parte autora ocorreu quando já estava em vigor a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74 acrescentando-lhe tabela para fins de cálculo da indenização devida em face de seguro obrigatório DPVAT.

12. Nesse caso, para definir o valor da indenização, é necessário analisar a extensão do dano causado, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso II da Lei nº 6.194/74, que dispõe o seguinte:

Art. 3º - (...)

§ 1º (...)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

13. De acordo com o LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES, relativo aos exames médicos aos quais o demandante foi submetido quando da perícia médica, foi constatada lesão de dano anatômico e/ou funcional permanente **na estrutura craniofacial do demandante, sendo a lesão parcial incompleta com sequelas de repercussão LEVE (25%).**

14. A tabela de graduação da invalidez, implementada pela lei 11.945/2009, estabelece que, para o caso de dano que acarrete **lesão de estrutura craniofacial que comprometa função vital**, o percentual máximo é de **100%** de R\$ 13.500,00 (valor total fixado para o caso de invalidez permanente, conforme art. 3º, inciso II, da supracitada lei), ou seja, **R\$13.500,00**.

15. Entretanto, no caso em apreço, o valor da indenização não pode ser o correspondente ao patamar máximo previsto, uma vez que se trata de lesão permanente parcial incompleta, resultando em perda de repercussão **LEVE**, de modo que se aplica o percentual de **25% sobre R\$13.500,00**, o que resulta na importância de **R\$3.375,00**.

16. Esse tem sido o entendimento dos tribunais nacionais, a exemplo do v. Acórdão cuja Ementa adiante se seguem transcritas, *in verbis*:

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória n.º 451/2008, posteriormente convertida na Lei n.º 11.945/2009. Assim, a graduação em comento é admitida tão-somente para os acidentes ocorridos a partir da entrada em vigor da referida Medida Provisória, ou seja, a partir de 16-12-2008. Caso em que o acidente ocorreu em data posterior à referida Medida Provisória, sendo necessária a graduação da invalidez. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Hipótese em que a parte autora faz jus à indenização fixada na sentença, tendo em vista a lesão sofrida. Inteligência do artigo 3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação conferida pela Lei nº 11.945/2009. Comprovada a incapacidade parcial incompleta da função manual, descabe a indenização no patamar máximo pretendido pela autora. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70044924702, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 19/10/2011)



17. Ocorre que, como alegado e comprovado na contestação, o demandante, após ingresso com requerimento administrativo, recebeu a quantia de **R\$3.375,00**, a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Dessa forma, percebe-se que, de acordo com o laudo de avaliação médica realizado pelo perito, o valor devido seria o já recebido pelo autor na via administrativa.

18. Sendo assim, é de se reconhecer que houve quitação total do crédito atinente a indenização do seguro obrigatório DPVAT, de modo que o valor devido como indenização já foi completamente pago. Assim, não cabe ao autor perceber qualquer diferença monetária a título de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT.

19. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como art. 3º, inciso II, e seu § 1º, inciso II da lei n. 6.194/1974, resolvendo o mérito da ação, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

20. Ante a sucumbência, condeno o DEMANDANTE ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados, de logo, em 10% sobre o valor da causa, ficando, entretanto, suspensa a obrigação até que cesse a situação de hipossuficiência do autor, ocorrendo a prescrição em 5 anos se até lá aquela situação não cessar (art. 12, Lei 1.060/50 e STJ, REsp. 1.204.766-RJ).

21. Sem custas, ante o deferimento da justiça gratuita.

22. Por fim, ante o **depósito judicial** realizado conforme guia de **ID nº 45668031**, **DETERMINO a EXPEDIÇÃO de ALVARÁ**, a título de honorários periciais, no valor de **R\$300,00** (trezentos reais), com as devidas atualizações, em favor do Dr. **Claudio da Cunha Cavalcanti Neto, CRM-PE 14043**.

23. Intimem-se, cumpra-se e, com o trânsito em julgado, em nada mais sendo requerido e em não havendo mais nada a ser cumprido, arquivem-se.

24. Interposto eventual recurso de apelação, **INTIME-SE** a parte APELADA para, no prazo de **15 dias**, **CONTRARRAZOAR** a apelação apresentada. Apresentadas as **CONTRARRAZÕES**, ou aposta **CERTIDÃO** caso **NÃO** sejam ofertadas, e em não sendo apresentada apelação adesiva, **REMETAM-SE os AUTOS ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, nos termos do art. 1010, §3º do CPC.

Recife, 4 de junho de 2019.

**JOSÉ RONEMBERG TRAVASSOS DA SILVA**

Juiz de Direito

mpr

